

## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE SINDICAL DO SPGL

ENTRE SETEMBRO DE 2016 E JULHO DE 2017

O 2º ano do mandato desta direção do SPGL coincide no essencial com o 2º ano do governo do PS com o apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda. Decorreu pois num contexto de afirmação do governo apoiado no bom desempenho da economia (no contexto das exigências impostas pela União Europeia) no ano de 2016, superado, ao que tudo indica, no ano de 2017. Os indicadores apontam, em 2017, para um crescimento do PIB entre 2,5 a 3%, de tal modo inesperado que o próprio FMI se vê obrigado a reconhecê-lo. Continua a lenta mas sustentada queda dos números do desemprego (embora a média dos salários dos novos empregos – contratos firmados após a entrada em vigor da lei laboral de 2013 - esteja próxima dos salário mínimo nacional), aumenta (ainda que de forma ligeira) o número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva, completa-se a (lenta) reposição dos salários e pensões. Tudo isto se traduz numa imagem positiva do governo junto dos portugueses, com sondagens que atribuem ao PS a possibilidade de atingir maioria absoluta (não são ainda conhecidas as consequências para a imagem do governo dos incêndios e do roubo das armas).

Mas esta visão *cor-de-rosa* turva-se quando os trabalhadores denunciam a inexistência de aumentos salariais (na administração pública e em muitos setores da iniciativa privada), e o bloqueamento das progressões nas carreiras e a não alteração da legislação laboral - fortemente deturpada, a favor do patronato, durante o consulado de Passos Coelho/Paulo Portas. Às contestações de raiz estritamente laboral associam-se outras em defesa de serviços sociais, particularmente evidentes no setor de saúde, com a denúncia da progressiva degradação do SNS. Estas contestações têm assumido frequentemente a forma de greves setoriais.

Um dado significativo – e que se verifica também entre os docentes – é a coexistência destas duas vivências. O crescendo da contestação laboral parece não impedir o crescimento do apoio ao governo. Como se os trabalhadores “dissem”: combatemos as medidas (ou a ausência delas) do governo, mas não queremos a sua queda ou a sua substituição. Neste contexto, o *slogan* “a luta continua, o governo para a rua” deixou de se ouvir. E o “PS e PSD são farinha do mesmo saco” também ficou a aguardar novos dias.

Este estado de espírito – o de uma certa confiança num governo do qual a inação e algumas medidas são contestadas – é visível no campo da Educação. Sem esquecer algumas medidas pontuais arrancadas, pela lutas diversas, ao ME e ao MCTES, e, no caso do superior, as recentes medidas positivas aprovadas na Assembleia da República em torno das carreiras, registando-se com aplauso a continuação da diminuição dos contratos de associação com colégios privados onde tal não se justifica, ou a (ainda que ligeira e muito insuficiente) redução do número de alunos por turma, há que reconhecer que nenhum dos grandes objetivos reivindicativos traçados pelo SPGL e pela FENPROF teve desenvolvimentos positivos. Aliás, têm vindo a adensar-se nuvens negras sobre eles: a aposentação ainda que só após 40 anos de serviço, ou até mesmo a criação de um grupo de trabalho onde a situação fosse analisada, continua a ser considerada pelo governo como impossível (pondo em causa – dizem – a sustentabilidade da segurança social); há sérias dúvidas quanto ao que o governo pretende no que concerne ao descongelamento das carreiras (para não falar já da recuperação do tempo de serviço não contado nos períodos de 30 de agosto de 2005 a 31 de

dezembro de 2007 e de 1 de janeiro de 2011 até previsivelmente 31 de dezembro de 2017 que contabiliza 9 anos, 4 meses e 2 dias acrescido do tempo não contado nas transições de carreira), e mesmo no que parecia mais simples – a questão dos horários nos 2º e 3º ciclos e secundário – nada se altera de significativo, tendo-se ficado neste campo pela satisfação da reivindicação do 1º ciclo à reposição legal da integração dos intervalos na componente letiva dos docentes e, parcialmente, do pré-escolar quanto à harmonização do calendário escolar.

A ação sindical dos docentes desenvolveu-se condicionada por estes parâmetros: facilidade em definir justos e convergentes objetos reivindicativos, enorme dificuldade em mobilizar os docentes para as ações que a sua satisfação exige. Foi assim na greve de 21 de junho, como já tinha sido nas diversas ações de luta (de rua) que a antecederam.

Admitindo que as dificuldades resultantes deste contexto se mantenham ao longo de 2018, torna-se necessário reorganizar o trabalho sindical no sentido de aumentar a sua eficácia.

No setor do ensino privado (não superior), o período caracterizou-se pela arrogância das entidades patronais, que procuraram apostar na caducidade dos CCT existentes de modo a substituí-los por outros com condições de trabalho mais gravosas e com diminuição real das retribuições dos docentes, objetivo para o qual têm contado com o militante apoio da FNE.

**I. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:** O SPGL e os sindicatos da FENPROF definiram como eixos centrais da sua intervenção, no ano letivo 2016/2017, o descongelamento das carreiras, a reorganização dos horários de trabalho, a criação de um regime de aposentação especial para os professores e o combate à enorme precariedade que atinge o setor. Para além destes aspetos de ordem socioprofissional, definiram, ainda, a necessidade da revisão do atual modelo de gestão das escolas e a garantia de que o processo de descentralização em curso na Educação merecerá a devida negociação e dele não resultará a transferência para os municípios de competências de ordem curricular, pedagógica ou outras que são da responsabilidade das escolas, designadamente em relação a recursos humanos, sejam docentes ou outros. Para além das questões atrás referidas, acrescem outros problemas mais específicos, como a exclusão dos professores do Ensino Artístico Especializado das escolas públicas do processo de vinculação extraordinária e a criação do grupo de Língua Gestual Portuguesa. Nesta denúncia, além de iniciativas próprias da FENPROF e dos sindicatos, foi possível também conjugar ações da FENPROF com as da Frente Comum e da CGTP-IN, entre outras. O SPGL participou empenhadamente nas ações concretizadas, de que sobressaem:

- o debate sobre a “Negociação coletiva laboral, como reconstruir?” Enquanto direito fundamental, o direito de negociação coletiva é um bem público, diz respeito a toda a sociedade. Neste debate discutiram-se as mudanças ocorridas em Portugal no regime da negociação coletiva e as alternativas para a sua reconstrução, importa, por isso, a todos/as, porque tem implicações na justiça social, na igualdade e na qualidade da democracia - no dia 13 de setembro no CES Lisboa;
- a cimeira da Frente Comum onde se discutiu/debateu a proposta reivindicativa comum para 2017 e o desenvolvimento da luta - 28 setembro nas instalações do STAL, em Lisboa;

- o 10º congresso da União de Sindicatos de Setúbal com o lema “Valorizar o trabalho, repor, defender e conquistar direitos” - 30 setembro, na Moita;
- o plenário/desfile de sindicatos da Frente Comum com vista à discussão e decisão de uma forma de luta, com deslocação ao Ministério das Finanças - 18 de Outubro, na Casa do Alentejo em Lisboa;
- a 8ª Conferência Nacional da Interjovem sob o lema "Contra a Precariedade - Exigimos Estabilidade" onde jovens trabalhadores refletiram e discutiram as orientações para a atividade sindical e elegeram a nova direção nacional para o respetivo mandato - 21 de Outubro, em Lisboa;
- o curso de formação, subordinado ao tema “Economia Verde, Sector Verde e Saúde e Segurança” onde foram abordados conceitos como o “crescimento verde”, “transição justa” e “empregos verdes” e foi discutido o papel dos sindicatos nesta área, nomeadamente na ação sindical para a defesa do ambiente e através da Segurança e Saúde no trabalho - de 26 a 28 de Outubro, em Sesimbra;
- a manifestação da administração pública na luta pela sua dignidade, pela dignidade de todos, perante a destruição das carreiras, o congelamento das progressões, o corte das remunerações, o aumento do horário de trabalho e as sistemáticas alterações no estatuto laboral e no sistema de pensões - 18 de Novembro, em Lisboa;
- o plenário/desfile de sindicatos da CGTP com vista à análise da situação político-sindical, com deslocação à Assembleia da República para entregar a Petição “Garantir o direito à contratação colectiva; Revogar a norma da caducidade das convenções colectivas; Assegurar o direito de negociação na Administração Pública” - 12 de Janeiro, em Lisboa;
- a 8ª Conferência Nacional Inter-Reformados da CGTP-IN, sob o lema: “Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma – Reforçar a organização, fortalecer a participação.” Onde se debateram os valores e ideais de solidariedade social com os reformados e pensionistas e, simultaneamente, denunciaram os problemas que se lhes colocam, e onde foi eleita a nova direção nacional para o respetivo mandato onde o SPGL se encontra representado - 10 de Fevereiro, em Olaias;
- a tribuna pública, realizada no dia 8 de março, com o testemunho na 1ª pessoa de uma sócia que foi vítima de assédio sexual;
- a manifestação nacional de mulheres pela igualdade de direitos integrada no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher - 11 março, em Lisboa;
- a manifestação nacional da juventude trabalhadora promovida pela Interjovem da CGTP-IN *vencer a precariedade, defender os nossos direitos! Não à precariedade!* - 28 de março, em Lisboa;
- as comemorações do 25 de Abril, para afirmar uma vez mais a maior conquista do 25 de Abril – a Liberdade; e do 1º de Maio, *a luta organizada é a força dos trabalhadores*, o contributo individual é imprescindível para a construção na nossa força coletiva;
- o plenário de sindicatos da CGTP-IN, debate em torno do aumento geral dos salários, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente da caducidade, e pela reintrodução do princípio do tratamento mais favorável e da renovação automática das convenções entre outros aspetos - 3 de maio, em Lisboa;

- a 7ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade da CGTP-IN (CIMH/CGTP-IN), sob o lema: "Valorizar o Trabalho - Efectivar a Igualdade" onde se debateram ação sindical integrada na vertente da Igualdade, nos diversos níveis de intervenção, tendo sido eleita a nova direção nacional para o respetivo mandato onde o SPGL se encontra representado - 2 de Junho, nas Olaias;
- a manifestação da CGTP-IN "Para valorizar o trabalho e os trabalhadores" com o objetivo por melhores salários por melhores condições de vida - 3 de Junho, em Lisboa
- o encontro nacional do STAL, sob o lema «Defender e valorizar os trabalhadores é afirmar o poder local» onde se debateram temas sobre a precariedade, a revalorização das carreiras, o descongelamento das progressões e a criação de regulamentos suplementares - 22 de Junho, em Lisboa.

**1. O SPGL participou ainda, de forma empenhada e interventiva, no vasto conjunto de ações reivindicativas promovidas pela FENPROF ao longo deste ano letivo:**

- logo em setembro, lançámos a Petição "Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira" sobre os aspetos de ordem socioprofissional, tendo a mesma sido agora debatida no plenário da AR;
- em 7 de dezembro, realizámos o Encontro Nacional de representantes das escolas que foi considerado uma boa iniciativa e que marcou o regresso dos professores à rua, desfilando entre a Cidade Universitária e o ME;
- no início do 2.º período lançámos a Campanha em defesa da gestão democrática, que contou com muitas iniciativas, desde Conferência de Imprensa, questionário aos professores, reuniões nas escolas e reuniões com representantes da comunidade educativa;
- ainda no segundo período, avançámos com o inquérito sobre os horários de trabalho, cujos resultados foram bem divulgados publicamente em Conferência de Imprensa;
- no segundo e terceiro período, recolhemos nas escolas os postais sobre a aposentação;
- em 18 de abril de 2017, promovemos o Cordão Humano que se deslocou do ME à Residência Oficial do Primeiro-Ministro;
- em 17 de maio, promovemos o Dia Nacional de Luta que passou pela Concentração junto ao ME e por deslocação à Assembleia da República. Neste âmbito foram aprovadas centenas de Moções pelas escolas;
- culminou com a Greve Nacional a 21 de junho que exigia do Governo a assunção de um Compromisso que contemplasse: a garantia de descongelamento das progressões na carreira em janeiro de 2018, antecedidas da publicação das portarias que regulamentem o artigo 36º e 37º do ECD; a negociação de um regime especial de aposentação para os docentes; a reorganização dos horários de trabalho dos docentes; a correção do número de vagas colocadas a concurso de integração extraordinário; a garantia de negociação do regime específico de descentralização que o Governo pretende aplicar na Educação, cujo

projeto gera fortes preocupações, tendo em conta que o modelo proposto aponta no sentido de uma efetiva municipalização; o desenvolvimento de um processo negocial de revisão do atual regime de gestão das escolas;

- Plenários com docentes a exercer em Hospitais, com vista à celebração de ACT;
- num plano mais restrito de ação, tivemos uma concentração, no 1.º período, sobre a ausência de portarias que regulamentem o artigo 36º e 37º do ECD, em janeiro a concentração de docentes de LGP e, em janeiro e março, duas concentrações de docentes do EAE público.
- no encontro de Professores em que se refletiu o tema “O Professor de hoje e os desafios de amanhã” enquadrado no Dia Mundial dos Professores realizado em 7 outubro, em Coimbra;
- no colóquio no ISCTE sobre a LBSE “Trinta anos depois, renovar os compromissos” Colóquio comemorativo dos 30 anos da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo;
- nas múltiplas reuniões com o Ministro da Educação, Secretários de Estado, Grupos Parlamentares, Comissão da Educação e Ciência para resolução de vários aspetos socioprofissionais dos docentes ou questões do sistema;
- no seminário sobre a LBSE: *Centralidade, descentralização e autonomia em educação* realizado em 14 de Novembro, em Leiria. Este seminário procurou refletir sobre um dos princípios organizativos sobre este tema;
- no debate “Modelo de Descentralização de Competências na Educação” que decorreu no Conservatório de Música de Coimbra no dia 15 de março;
- no seminário sob o lema “Os poderes locais e a educação: das margens do sistema para o centro das políticas”, em 28 de Abril, na Universidade Lusófona de Lisboa;
- na participação e colaboração com a FENPROF e AFOMOS na divulgação da PETIÇÃO - Língua Gestual Portuguesa (LGP) e recolha de assinaturas em Lisboa, na Feira do Livro, no dia 13 de junho;
- na negociação de contratos coletivos de trabalho do EPC, Escola Profissionais privadas e IPSS;
- No que respeita aos docentes do Politécnico, em 18/8/2016 foi publicado o DL n.º 45/2016 que aprovou regras complementares ao regime transitório. Assim, o início deste ano letivo ficou marcado pela batalha para que as instituições adotassem a melhor interpretação deste diploma, do ponto de vista do interesse dos docentes e a solicitar aos grupos parlamentares que pedissem a apreciação parlamentar daquele diploma de modo a corrigir as suas insuficiências no que respeita à abrangência de todos os que já prestavam serviço em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva. Recentemente, foi finalmente aprovada a lei de alteração àquele diploma que contemplou os objetivos reivindicativos principais do SPGL e da FENPROF, aguardando-se agora a sua promulgação e entrada em vigor;

- Quanto aos docentes universitários, conseguiu-se que o governo abrisse o processo de negociações e entregasse um anteprojeto de decreto-lei destinado à vinculação de leitores e professores auxiliares convidados, já contratados em 1/9/2009 em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva;
- Relativamente aos bolsheiros e investigadores, o SPGL esteve envolvido, no âmbito da FENPROF, nas negociações que levaram à publicação do DL n.º 57/2016 e que visaram a passagem de bolsas de pós-doutoramento a contratos de trabalho a termo certo. Acompanhou também a apreciação parlamentar desse diploma visando conferir oportunidades de vinculação aos investigadores contratados.

**2. Iniciativas específicas do SPGL:** A formação sócio-política dos seus dirigentes, a reflexão crítica sobre o sistema educativo e as práticas pedagógicas, a intervenção sindical em setores particularmente significativos na nossa área sindical, nomeadamente o ensino particular e cooperativo, a Casa Pia de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os hospitais e as IPSS, bem como a atenção a marcantes fenómenos sociais, justificaram a intervenção do SPGL. Assim:

Foram propiciadas aos dirigentes e aos sócios iniciativas de informação e formação sobre temas e problemas das sociedades atuais. Através de conferências sobre as políticas educativas e aspetos de ordem socioprofissional – abordadas de formas diversificadas – estiveram no centro de todas as intervenções, no debate sobre o “Perfil do aluno para o Sec.XXI” com David Rodrigues realizado no SPGL - 6 de março; nas ações sobre as condições de trabalho na profissão docente: “Saúde e Segurança no Trabalho” - 9 de novembro, “A igualdade faz o meu Género” - 28 de novembro, “*Stress e Burnout*” - 10 de janeiro, “Gestão Democrática das Escolas - que perspetivas?” - 26 de janeiro e “Efetivar a igualdade” - 8 de março, realizadas em Almada. No Encontro de Docentes da Educação Pré-escolar subordinado ao tema “As novas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar e os seus desafios”, realizado em 13 de maio na Escola Secundária de Camões que teve como objetivo principal dar a conhecer o novo documento das OCEPE e a promover o debate nos vários domínios do desenvolvimento e da implementação do mesmo.

As jornadas pedagógicas organizadas em Lisboa – iniciativas de índole formativa e cultural – compreenderam 11 ações desenvolvidas quase todas na sede do sindicato e 8 visitas (uma delas repetida, dado o elevado número de inscrições) realizadas no exterior. Houve um total de 426 inscrições que fazem um balanço, das ações/visitas, muito positivo (95% das avaliações estão entre os níveis 4 a 5 - numa escala de 1 a 5).

Registaram-se ainda as seguintes iniciativas:

- a comemoração do dia mundial das(os) professoras(es), dia 4 outubro, integrada nas iniciativas da FENPROF;
- no grupo de trabalho no âmbito do estudo “Stress ocupacional em professores do ensino básico e secundário - metamorfoses escolares, riscos e níveis diferenciados de gestão de stress” promovido pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 8 de novembro;
- Na apresentação “Monitor da educação e formação 2016” pela Comissão Europeia, no dia 16 de novembro em Lisboa. A conjugação da análise comparativa internacional com a análise por país permite ao Monitor alimentar o debate - tanto a nível nacional

como a nível comunitário - sobre temas prioritários para a educação e a formação, para além de ser uma fonte fiável e atualizada de informação para a difusão das melhores práticas e aprendizagem mútua entre os Estados-Membros da EU;

- o seminário Na Escola e depois da Escola Boas Práticas na Transição para a Vida Pós Escola( Necessidade Educativas Especiais) , 25 e 26 de novembro, Escola Superior de Comunicação de Lisboa;
- o Congresso Internacional Escola Inclusiva Educar e Formar para a Vida Independente, 3 de dezembro, Casa das Histórias Paula Rego, Cascais;
- a organização da Conferência de sensibilização aos alunos sobre “Afiml o que é a Deficiência?”, projeto conjunto ‘Falar de Inclusão’, FENPROF/CNOD, 5 de dezembro 2016, Escola Secundária D. Pedro V;
- no simpósio “Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência”, realizado em 13 de dezembro na Assembleia da República;
- no plenário distrital em Lisboa sobre a “revisão do regime legal dos concursos”, realizado no dia 11 de janeiro;
- na conferência internacional currículo para o Sec. XXI “pensar a matemática”, que decorreu no dia 13 de janeiro no CCB;
- na conferência “PISA: avaliação resultados desafios”, no dia 10 de fevereiro na Escola Secundária Camões. O objetivo da conferência foi discutir como a informação obtida através do PISA pode ser usada para identificar aspetos fundamentais dos sistemas educativos e informar políticas públicas que visam promover a qualidade e equidade do sistema educativo;
- no 12º Congresso dos Professores da Madeira sob o lema “Ética, docência e sindicalismo: sentidos, razões e consequências”, que decorreu nos dias 19 e 20 de maio no Funchal;
- o debate/reflexão “Do Perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória à definição das aprendizagens essenciais e flexibilização do currículo”, 22 de junho de 2017, apresentado por Lurdes Figueiral – Presidente da Associação de Professores de Matemática (APM), no Auditório do SPGL;
- a realização, tratamento e análise de um inquérito realizado aos professores do 1º ciclo no sentido de se aferirem as principais preocupações dos docentes na ação reivindicativa;
- a negociação sobre avaliação de desempenho, horários e condições de trabalho na Casa Pia de Lisboa;
- a negociação do Acordo de Empresa com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

### **3. Vida interna do SPGL**

A vida interna do SPGL tem-se pautado por uma assumida exigência de funcionamento democrático, num espírito antidogmático, debatendo abertamente as questões na sua imprensa,

procurando conhecer outras práticas, estimulando e divulgando a criação artística e intelectual, mas sobretudo procurando dar respostas de qualidade no apoio aos sócios. Assim:

Os órgãos previstos nos estatutos (plenários de setores e regiões, Conselho Geral, Conselho Fiscal, Comissão Executiva e Direção) reuniram normalmente e de acordo com as suas funções, com exceção da Assembleia Geral de Delegados Sindicais (será revitalizada no próximo ano letivo).

No trabalho das reuniões mensais de setor realce-se que, para além da análise e discussão de questões levantadas no acompanhamento do dia-a-dia das escolas, são abordadas outras questões de política educativa sob a forma de temas em debate e que neste ano se destacaram: 1ª Discussão sobre as principais questões que se colocam nos concursos de professores; “A avaliação externa das escolas – Implicações na vida dos professores e das escolas”; “A relevância dos estudos do Conselho Nacional de Educação (CNE) no trabalho sindical: Ex: *O projeto Aqueduto (Avaliação, qualidade e equidade em educação)*”; “As tutorias como instrumento de promoção do sucesso educativo”; “Mais democracia para as escolas”; “Processo de descentralização na educação”; “Do perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória à definição das aprendizagens essenciais e flexibilização do currículo”; Referencial da Educação para o Desenvolvimento; Provas de Aferição.

O SPGL continuou neste ano letivo a proporcionar aos seus sócios um qualificado serviço de apoio a sócios e jurídico, tendo-se registado um total de 10631 atendimentos entre telefonemas, correio electrónico e pessoal na Sede e Delegações e 1519 consultas jurídicas. O atendimento presencial a sócios totalizou 3941 atendimentos, sendo 2105 registados na Sede e os restantes nas Delegações. Registou-se ainda o atendimento pontual de 442 não sócios, estes, normalmente atendidos por dirigentes.

Ações, em representação dos sócios, interpostas em tribunal contra o Ministério da Educação por: não regulamentação do artigo 36º, n.º 3 do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e da não integração dos intervalos do 1º ciclo na componente letiva dos respetivos docentes.

Neste período temporal foram editados 5 números do Escola-Informação em papel e 4 digitais. Neles se trataram, em dossiês específicos, temas de grande relevância como “O futuro da educação pública”; “Revisão da legislação de concursos”; “Exigências de uma gestão democrática”; “Gestão democrática das Escolas”; “Concursos e Vinculação”; “Perfil dos alunos para o Século XXI”; “Pré-Escolar: Novas Orientações Curriculares”; e “Para que serve esta Escola? Como organizá-la?”. O EI foi também usado para divulgar atividades pedagógicas relevantes em várias escolas, esclarecer questões jurídicas e divulgar a diversa atividade do SPGL.

Em Junho de 2016 tínhamos 14784 sócios em situação regular (ou em condições de regularização). Em Junho de 2017 tínhamos 14246 sócios nas mesmas condições (o decréscimo de 3,6% deveu-se essencialmente ao facto de inativações de docentes aposentados). Está a decorrer uma campanha de sindicalização no ensino superior e investigação e no próximo ano letivo será relançada a campanha de sindicalização para os restantes setores.

Neste ano letivo realizaram-se ações de sensibilização com alunos finalistas da ESE de Lisboa e da ESEI Maria Ulrich. Nestas reuniões foram abordados, entre outros, os seguintes assuntos: a importância dos sindicatos, breve história do SPGL e divulgação de procedimentos a quem ingressa no mundo de trabalho que têm como objetivo principal a sindicalização dos futuros docentes.

**Delegados sindicais:** em junho de 2016 tínhamos 178, em junho de 2017 temos 207. Apesar de uma ligeira subida, continua a ser o calcanhar de Aquiles da nossa organização. Não houve neste período nenhuma reunião da Assembleia de Delegados Sindicais (que por norma não têm quórum de funcionamento). Muito do trabalho de ligação às escolas é assegurado pelos dirigentes pois todos têm turmas ou outras tarefas quotidianas nas suas escolas, mas que formalmente não são delegados sindicais. Houve contudo reuniões conjuntas da direção com os delegados sindicais.

**Reuniões sindicais:** Foram realizadas neste período 327 reuniões sindicais. Note-se que se trata de reuniões registadas nos serviços, sendo que muitas não são registadas e que não se incluem aqui os contactos e outras reuniões informais com os professores em cada escola que cada vez mais se evidenciam na eficácia da ligação do Sindicato com os professores e as escolas.

## A nível internacional

### Delegação da embaixada da Alemanha em Espanha

Em outubro de 2016 a direção do SPGL reuniu com a conselheira da embaixadora alemã em Espanha e uma assessora da embaixada alemã em Portugal para tratar de questões sociais e do trabalho que assolam os portugueses e em particular os docentes.

### Delegação da UGT da Coreia do Sul

Em dezembro de 2016 recebemos uma delegação constituída por 20 técnicos, representando vários sindicatos, dirigentes e trabalhadores de um instituto público sul coreano que presta apoio à gestão e ao desenvolvimento de projetos industriais. A sua visita tinha como principal motivo de interesse conhecer o funcionamento do mundo sindical nos países ocidentais.

### Professores alemães

Um grupo de 24 professores alemães dos Ensinos Secundário e Profissional visitou o SPGL em abril. O objetivo da visita era conhecer os métodos de trabalho, o modo de organização das aulas e as principais dificuldades que os professores portugueses enfrentam no exercício da profissão.

## Aposentados

O departamento manteve uma dinâmica apreciável envolvendo membros de todas as regiões. Os aposentados marcaram presença nas várias ações reivindicativas promovidas pela FENPROF, CGTP-IN, Frente Comum e MURPI. Participaram na 8ª Conferência Nacional da IR/CGTP. A nível interno manteve regularmente, com a colaboração do Departamento da Cultura, a iniciativa “ O meu livro quer outro livro”, momento de partilha cultural e de troca de opiniões, mas também raiz para encontros ou redescoberta de nomes fortes da nossa literatura: Leonoreta Leitão, Ana Cristina Silva, Manuel Duarte, Manuela Castro Neves, Manuel de Arriaga, Pedro de Sá, Sebastião da Gama, Rui Vieira Nery. Foram realizadas 18 visitas de carácter cultural, dentro e fora do país, 3 ações de formação em Tecnologias da Informação e uma grande exposição sobre a atividade desenvolvida pelo Departamento no ano anterior.

## **Espaço ABC**

O SPGL dispõe, na sua sede, de instalações (o Espaço António Borges Coelho), onde são realizadas atividades culturais de índole diversa nomeadamente exposições, debates e conferências e que os seus sócios podem utilizar, quer enquanto produtores quer enquanto espectadores. No que diz respeito às exposições de artes plásticas, existe um grupo, constituído por artistas plásticos de reconhecido mérito, que procede a uma análise prévia das propostas recebidas e aconselha a Direção sobre as exposições a levar a cabo.

A divulgação das iniciativas é feita através da revista “Escola Informação”, do site do SPGL e de material produzido para o efeito.

Este espaço tem contribuído para uma boa imagem pública do SPGL. Por aqui passaram, neste ano letivo, uma exposição sobre a atividade desenvolvida pelo Departamento de Aposentados do SPGL no ano letivo anterior, as gravuras de Teresa Cabrita, as pinturas de Lima de Carvalho, as esculturas e desenhos de António Pedro, as ilustrações de um livro sobre a guerra colonial, de Filipe Melo, as pinturas de António Viana, as pinturas de Teresa Grácio, os fantoches e marionetas de Delphim Miranda e as pinturas de Marília Viegas. Neste espaço, aberto para o pátio exterior, os sócios podem ainda ler os jornais diários ou ter acesso gratuito à internet (wireless).

## **II. Futuro**

O facto de algumas exigências nossas terem tido acolhimento por parte deste governo, deve funcionar como um incentivo à continuação da luta, pois ainda há muitas reivindicações por satisfazer; há que trabalhar para manter um diálogo construtivo e exigente, com o ME e o MCTES, que garanta um verdadeiro clima negocial, apoiado na disponibilidade dos docentes e dos investigadores para lutarem pelos seus direitos e pelos direitos inerentes à construção de uma escola pública de qualidade.

- Há que continuar a exigir um regime especial de aposentação para todos os docentes que tenha em conta o grande desgaste psíquico e físico que o exercício da profissão acarreta, desgaste continuamente agravado por horários e condições de trabalho cada vez mais insustentáveis.
- Há que manter a pressão à volta da reivindicação por melhores horários de trabalho dos docentes e outras condições de trabalho (redução do número de alunos por turma para todas as escolas, número de turmas por professor...)
- Há que calendarizar de imediato o descongelamento das carreiras a iniciar no dia 1 de janeiro de 2018. A resolução, até ao momento do descongelamento, de problemas que continuam a afetar os docentes, o que impõe a publicação da portaria de vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, em falta desde 2010, bem como o reposicionamento dos docentes que ingressaram na carreira, desde 2013, no escalão em que se encontram os seus colegas com o mesmo tempo de serviço.
- Há que continuar a lutar pelo cumprimento integral da Diretiva Europeia de 1999, vinculando todos os professores e educadores contratados da administração pública que

reúnem as condições e integrando-os no escalão a que têm direito de acordo com o seu tempo de serviço.

- Há que garantir a implementação de um modelo de gestão democrática das escolas sustentado em práticas colegiais e de participação dos diversos interessados no processo educativo respeitando as suas competências e interesses nomeadamente dos docentes nas decisões pedagógicas e nas políticas educativas.
- Há que garantir que o processo de municipalização está definitivamente enterrado e que o processo de descentralização, que foi anunciado que o substituiria, mantém integralmente a autonomia pedagógica das escolas e clarifica de forma inequívoca os limites e a forma da intervenção do poder local nas escolas.
- Há que exigir o cumprimento da lei e as condições necessárias para uma verdadeira inclusão dos alunos com NEE.
- Há que lutar por um CCT que garanta aos docentes do ensino particular e cooperativo e das escolas profissionais privadas condições de trabalho idênticas às dos colegas do ensino público.
- Há que manter o CCT em vigor para as IPSS.
- Há que negociar instrumentos de regulamentação coletiva.
- Há que negociar instrumentos reguladores da contratação e da carreira no Ensino Superior Particular e Cooperativo,
- Há que continuar a combater a transformação de mais instituições em fundações com regime de direito privado.
- Há que caminhar no sentido da transformação do atual sistema binário de Ensino Superior num sistema unitário, integrado e diversificado.

Para cumprir estes objetivos teremos que continuar a empenhar-nos na ação sindical, reforçar o SPGL alargando o seu número de sócios e delegados sindicais e manter a classe mobilizada para participar nas lutas por estas reivindicações. A tarefa não será fácil e exige cada vez mais um sindicalismo de proximidade que os professores reconheçam e com que se identifiquem. Mas não é impossível e a classe tem dado sinais de estar mais disponível para a ação e mais esperançada na sua eficácia. Não podemos pois deixar arrefecer os ânimos e permitir que os professores passem do estado de desânimo e descrença em que viveram nos últimos anos para um estado de adormecimento suscitado pela ilusão de que, com a mudança do quadro político-partidário de apoio ao governo, os problemas se podem resolver sem o seu envolvimento.

Lisboa, 7 de julho de 2017

A Direção